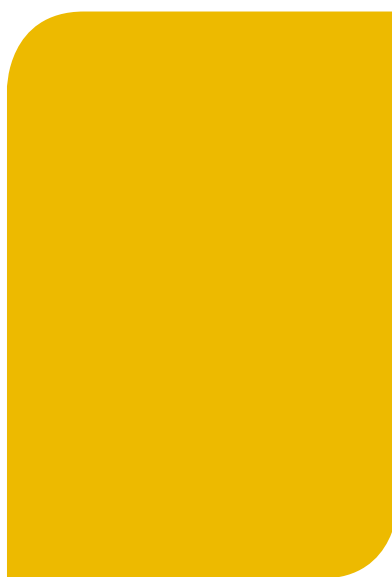


Demonstrações Financeiras

2017

Banco Cargill S.A.
CNPJ nº 03.609.817/0001-50



Cargill[®]

Banco Cargill

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referentes ao exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2017.

O segundo semestre de 2017 foi marcado no Brasil por dois temas centrais. O primeiro refere-se aos esforços do governo em aprovar a reforma da previdência, ainda que numa versão mais enxuta que a inicialmente proposta. A votação da reforma foi postergada para o primeiro trimestre de 2018 na esperança de conseguir o apoio necessário no Congresso, porém a maior parte dos analistas acredita que a probabilidade de aprovação é baixa. O segundo tema está relacionado ao cenário eleitoral para 2018, em especial à questão da elegibilidade do ex-presidente Lula como candidato à presidência. Caso ele não concorra às eleições, abre-se uma gama maior de potenciais candidatos, tendo em vista a posição de liderança de Lula nas pesquisas de intenção de voto.

Do ponto de vista da atividade econômica, o Brasil permanece em trajetória de recuperação, com crescimento do PIB em 2017 próximo a 1% e expectativa superior a 2,70% para 2018. Entretanto, o nível ainda elevado de ociosidade da economia, com o hiato do produto em território negativo, tem contribuído para um comportamento benigno de inflação, que encerrou o ano em 2,84%, com as projeções para 2018 sendo recorrentemente revisadas para baixo. De acordo com a pesquisa Focus, o IPCA 2018 deve fechar em 3,84%, confortavelmente abaixo da meta de 4,25%. Esse cenário possibilitou a continuidade do ciclo de corte de juros da taxa Selic, que encerrou 2017 em 7%, nível mais baixo já registrado. O Comitê de Política Monetária vem sinalizando a proximidade do fim do ciclo de corte e a maior parte dos economistas projeta Selic a 6,75% para o fim de 2018.

O cenário global permaneceu favorável aos mercados emergentes nesse semestre, que se beneficiaram com o crescimento robusto dos países desenvolvidos, inflação controlada e remoção gradual dos estímulos monetários. A aprovação do corte de impostos nos Estados Unidos impulsionou os mercados acionários mundiais.

Seguimos confiantes na retomada da economia brasileira e com a atuação da equipe econômica, que tem conseguido entregar resultados positivos e contribuído para a manutenção da confiança dos agentes.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o exercício de 2017 com R\$ 3.288.348 mil em ativos, redução de 30% em relação ao apresentado no exercício anterior e a carteira de crédito apresentou decréscimo de 25% atingindo R\$ 2.228.920 mil. Além disso, encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 53.811 mil, gerado principalmente pela provisão para créditos de liquidação duvidosa devido ao cenário econômico adverso. Tais créditos foram renegociados com sucesso e os clientes são constantemente monitorados pelas áreas de Crédito e Risco e Comercial do Banco.

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, através de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pela credibilidade do grupo em que está inserido e conhecimento do agronegócio.

A Administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes e políticas do Código de Conduta do Grupo Cargill, um manual baseado em sete Princípios Éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais)

Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos em conservação e restauração do meio ambiente. E também depende do relacionamento com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. Para isso, o Grupo Cargill investe em um relacionamento maduro e perene com esses públicos a fim de contribuir para a contínua evolução do Grupo Cargill, do setor e do Brasil.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 3.786/09, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 27 de março de 2018

A Administração

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		<u>2.964.387</u>	<u>3.927.201</u>
Disponibilidades	4	74.886	15.577
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	84.033	442.799
Aplicações no mercado aberto		84.033	442.799
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		333.026	624.857
Carteira própria	6a	231.606	278.495
Vinculados a compromisso de recompra	6a	-	2.512
Vinculados à prestação de garantias	6a	61.500	152.434
Instrumentos financeiros derivativos	6b	39.920	191.416
Operações de crédito		831.819	900.924
Operações de crédito - setor privado	7	961.102	982.330
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(129.283)	(81.406)
Outros créditos		1.637.789	1.940.006
Carteira de câmbio	8	1.579.101	1.918.813
Diversos	9	80.907	57.637
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7f	(22.219)	(36.444)
Outros valores e bens		2.834	3.038
Despesas antecipadas		2.834	3.038
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>323.586</u>	<u>363.393</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		104.358	89.717
Instrumentos financeiros derivativos	6b	104.358	89.717
Relações interfinanceiras		383	949
Créditos vinculados - Banco Central		383	949
Operações de crédito		116.754	207.473
Operações de crédito - setor privado	7	245.384	237.859
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(128.630)	(30.386)
Outros créditos		100.560	61.244
Diversos	9	100.560	61.244
Outros valores e bens		1.531	4.010
Despesas antecipadas		1.531	4.010
PERMANENTE		<u>375</u>	<u>316</u>
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de uso	10	261	202
Outras imobilizações de uso		538	522
Depreciação acumulada		(277)	(320)
Intangível		113	113
Ativos intangíveis		113	113
TOTAL DO ATIVO		<u>3.288.348</u>	<u>4.290.910</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2017 e de 2016



Banco Cargill

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota	2017	2016
			Reapresentado
CIRCULANTE		2.441.140	3.285.197
Depósitos	11	65.307	570.777
Depósitos à vista		317	10.836
Depósitos a prazo		64.990	559.941
Obrigações por operações compromissadas	12	–	2.502
Carteira própria		–	2.502
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	672.219	570.292
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		672.219	570.292
Relações interdependências	23a	8.119	2.961
Recursos em trânsito de terceiros		8.119	2.961
Obrigações por empréstimos	14	1.063.738	1.497.022
Empréstimos no exterior		1.063.738	1.497.022
Obrigações por repasses do exterior	15	40.633	27.157
Repasses do exterior		40.633	27.157
Instrumentos financeiros derivativos	6b	59.562	169.524
Instrumentos financeiros derivativos		59.562	169.524
Outras obrigações		531.562	444.962
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8	2
Carteira de câmbio	8	496.200	407.387
Fiscais e previdenciárias	17a	34.425	30.046
Negociação e Intermediação de Valores	6b	191	6.450
Diversas	17b	738	1.077
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		460.914	565.819
Depósitos	11	–	26.196
Depósitos a prazo		–	26.196
Obrigações por repasses do exterior	15	330.800	423.683
Repasses do exterior		330.800	423.683
Instrumentos financeiros derivativos	6b	102.956	88.768
Instrumentos financeiros derivativos		102.956	88.768
Outras obrigações		27.158	27.172
Diversas	17b	27.158	–
Fiscais e previdenciárias	17a	–	27.172
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		386.294	439.894
Capital social	19a	442.409	442.409
De domiciliados no país		346.835	346.835
Reservas de lucros		95.574	95.574
Ajustes de avaliação patrimonial		793	582
Prejuízos Acumulados		(56.908)	(3.097)
TOTAL DO PASSIVO		3.288.348	4.290.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	Exercícios		
		2º semestre 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		111.635	288.729	169.530
Operações de crédito	21a	70.335	136.977	132.327
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21b	19.894	55.371	69.599
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21c	(29.192)	(48.594)	(32.396)
Resultado de operações de câmbio	21f	50.598	144.975	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(243.729)	(328.667)	(472.307)
Operações de captação no mercado	21d	(24.920)	(62.502)	(100.508)
Operações de empréstimos e repasses	21e	(43.530)	(115.053)	(112.956)
Resultado de operações de câmbio	21f	-	-	(153.143)
(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	7f	(175.279)	(151.112)	(105.700)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(132.094)	(39.938)	(302.777)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(14.217)	(44.031)	271.238
Receitas de prestação de serviços		1	4	4
Despesas de pessoal	21g	(5.197)	(7.653)	(8.723)
Outras despesas administrativas	21h	(3.323)	(8.807)	(10.667)
Despesas tributárias	21i	(3.378)	(11.938)	(14.854)
Outras receitas operacionais	21j	14.890	14.916	375.698
Outras despesas operacionais	21k	(17.210)	(30.553)	(70.220)
RESULTADO OPERACIONAL		(146.311)	(83.969)	(31.539)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		19	19	24
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(146.292)	(83.950)	(31.515)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16a	59.969	30.139	28.418
Provisão para imposto de renda		(6.283)	(13.222)	(13.102)
Provisão para contribuição social		(5.104)	(10.605)	(10.507)
Ativo fiscal diferido		71.356	53.966	52.027
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		(86.323)	(53.811)	(3.097)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		-	-	(33.000)
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL		346.834.964	346.834.964	350.557.852
PREJUÍZO POR AÇÃO NO SEMESTRE/EXERCÍCIOS - R\$1,00		(0,25)	(0,16)	(0,01)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto juros sobre o capital próprio)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	268.920	52.460	11.466	117.108	(462)	-	449.492
Saldo da incorporação	-	3.723	-	(3.295)	-	-	428
Aumento de capital	52.460	(27.005)	-	-	-	-	25.455
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	1.044	-	1.044
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(3.097)	(3.097)
Destinações:							
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,21 por ação)	-	-	-	(33.000)	-	-	(33.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Publicado)	321.380	29.178	11.466	80.813	582	(3.097)	440.322
Reversão da incorporação	-	(3.723)	-	3.295	-	-	(428)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Reapresentado)	321.380	25.455	11.466	84.108	582	(3.097)	439.894
Aumento de capital	25.455	(25.455)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	211	-	211
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(53.811)	(53.811)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	346.835	-	11.466	84.108	793	(56.908)	386.294
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	346.835	-	11.466	84.108	1.137	29.415	472.961
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	(344)	-	(344)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(86.323)	(86.323)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	346.835	-	11.466	84.108	793	(56.908)	386.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2º semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
			Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.879	(299.344)	145.857
Lucro líquido ajustado	29.005	51.864	74.233
(Prejuízo) do semestre/exercícios antes do imposto de renda e contribuição social	(146.292)	(83.950)	(31.515)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	175.279	135.760	105.700
Depreciação	36	72	72
Ganho na alienação de imobilizado	(18)	(18)	(27)
Baixa por impairment	-	-	3
Varição de ativos e obrigações	874	(351.208)	71.624
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários	(5.531)	277.572	(104.090)
(Aumento) Redução de operações de crédito	(270.839)	9.839	2.415
Redução de outros créditos	384.543	331.092	35.863
Redução de outros valores e bens	1.214	2.683	10.195
Aumento (Redução) de depósitos	(54.666)	(531.666)	108.765
Aumento (Redução) de operações compromissadas	-	(2.502)	2.502
Aumento de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	406.687	101.927	54.490
Aumento (Redução) de relações interfinanceiras e interdependências	(71.219)	5.724	(51.934)
(Redução) de obrigações por empréstimos	(410.260)	(433.284)	(329.293)
Aumento (Redução) de obrigações por repasses	6.090	(79.407)	176.981
Aumento (Redução) de instrumentos financeiros derivativos	21.037	(95.774)	(109.570)
Aumento (Redução) de outras obrigações	(1.938)	78.613	288.088
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.244)	(16.025)	(12.788)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	26	(113)	(38)
Alienação de imobilizado de uso	81	81	38
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(55)	(194)	(76)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	(7.545)
Dividendos pagos	-	-	(7.545)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.905	(299.457)	138.274
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	129.014	458.376	320.102
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	158.919	158.919	458.376
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.905	(299.457)	138.274

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais - R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento e de câmbio.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, exceto pela não apresentação do balanço patrimonial do período mais antigo apresentado, pois na avaliação da administração a retificação dos valores correspondentes não é material, pela decisão tomada na AGE de 11 de maio de 2017 em que foi deliberada a não incorporação da Cargill Participações Ltda. pelo Banco.

Abaixo apresentamos os quadros demonstrando os ajustes nas respectivas linhas do Balanço Patrimonial e da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016			
	2016 Publicado	Ajustes efetuados	2016
Ativo Circulante			
Diversos	62.589	(4.952)	57.637
Passivo Circulante			
Depósitos à vista	7.537	3.299	10.836
Fiscais e previdenciárias	37.591	(7.545)	30.046
Diversos	1.355	(278)	1.077
Patrimônio líquido			
Capital social	350.558	(3.723)	346.835
Reserva de lucros	92.279	3.295	95.574
Demonstrações de Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
	2016 Publicado	Ajustes efetuados	2016
Varição de ativos e obrigações			
Redução de outros créditos	35.456	407	35.863
Aumento de outras obrigações	288.495	(407)	288.088

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 27 de março de 2018.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento inferior a 90 dias na data da aplicação.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.

- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(f) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(g) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(h) Permanente

É demonstrado considerando os seguintes aspectos:

- Outros investimentos são demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando a vida útil e econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Provisões - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes - Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Obrigações legais - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(l) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 20% até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

Em milhares de reais - R\$

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades	74.886	15.577
Aplicações no mercado aberto (nota 5)	84.033	442.799
Total de caixa e equivalentes de caixa	158.919	458.376

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Papel/vencimento	Até 90 dias	Até 90 dias
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	84.033	442.799

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e as ações de companhias abertas estão custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	2017						
	Valor de mercado					Valor de curva	Ajuste a mercado
	Sem vencimento	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total			
Carteira própria							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	147.603	83.775	231.378	230.275	1.103	
Ações de companhias abertas	228	-	-	228	10	218	
	228	147.603	83.775	231.606	230.285	1.321	
Vinculados à prestação de garantias							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	61.500	61.500	61.379	121	
	228	147.603	145.275	293.106	291.664	1.442	

Papel/vencimento	2016						
	Valor de mercado					Valor de curva	Ajuste a mercado
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total		
Carteira própria							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	149.924	113.451	14.955	278.330	278.239	91
Ações de companhias abertas	165	-	-	-	165	10	155
	165	149.924	113.451	14.955	278.495	278.249	246
Vinculados a compromisso de recompra							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	2.512	2.512	2.495	17
Vinculado à prestação de garantias							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	31.999	120.435	152.434	151.637	797
	165	149.924	145.450	137.902	433.441	432.381	1.060

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi um ganho de R\$ 1.442 (ganho de R\$ 1.060 em 2016), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 793 de ganho (ganho de R\$ 582 em 2016), líquidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as ações de companhias abertas são compostas por 10.000 ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, libor, real e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos
• Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	2017				
	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:					
Swap	2.437	1.350	3.965	5.984	13.736
Contratos a termo	360	21.788	8.676	98.374	129.198
Outros derivativos	131	1.213	–	–	1.344
	<u>2.928</u>	<u>24.351</u>	<u>12.641</u>	<u>104.358</u>	<u>144.278</u>
Posição passiva:					
Swap	2.435	1.350	3.965	5.906	13.656
Contratos a termo	15.056	28.072	8.684	97.050	148.862
	<u>17.491</u>	<u>29.422</u>	<u>12.649</u>	<u>102.956</u>	<u>162.518</u>

	2016				
	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:					
Swap	36.671	12.162	3.103	14.444	66.380
Contratos a termo	15.413	70.567	14.215	75.273	175.468
Opções	37.936	–	–	–	37.936
Outros derivativos	1.349	–	–	–	1.349
	<u>91.369</u>	<u>82.729</u>	<u>17.318</u>	<u>89.717</u>	<u>281.133</u>
Posição passiva:					
Swap	36.282	12.162	3.103	14.193	65.740
Contratos a termo	18.015	82.147	12.697	74.575	187.434
Opções	5.118	–	–	–	5.118
	<u>59.415</u>	<u>94.309</u>	<u>15.800</u>	<u>88.768</u>	<u>258.292</u>

• Contratos de Swap

Indexador	2017					
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Valor de mercado		
				Posição líquida	Valor de curva	Ganho (Perda)
Dólar x CDI	253.678	275.394	273.701	1.693	2.028	(335)
CDI x Dólar	253.678	273.701	275.394	(1.693)	(2.028)	335
Libor x CDI	142.927	153.081	147.144	5.937	2.885	3.052
CDI x Libor	142.927	147.224	153.081	(5.857)	(2.805)	(3.052)
	<u>793.210</u>	<u>849.400</u>	<u>849.320</u>	<u>80</u>	<u>80</u>	<u>–</u>

Indexador	2016					
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Valor de mercado		
				Posição líquida	Valor de curva	Ganho (Perda)
Dólar x CDI	276.580	262.869	314.417	(51.548)	(48.938)	(2.610)
CDI x Dólar	276.580	314.787	262.851	51.936	49.295	2.641
Libor x CDI	235.892	255.707	249.065	6.642	(4.558)	11.200
CDI x Libor	235.892	249.317	255.707	(6.390)	4.811	(11.201)
	<u>1.024.944</u>	<u>1.082.680</u>	<u>1.082.040</u>	<u>640</u>	<u>610</u>	<u>30</u>

Os contratos de Swap são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Em milhares de reais - R\$

• **Contratos de operações a termo**

Tipo	2017				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	1.616.364	6.110	141.978	(135.868)	(104.850)
Venda - Dólar	1.132.606	123.088	6.884	116.204	87.031
	<u>2.748.970</u>	<u>129.198</u>	<u>148.862</u>	<u>(19.664)</u>	<u>(17.819)</u>

Tipo	2016				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	1.570.215	742	186.259	(185.517)	(300.722)
Venda - Dólar	1.092.965	174.726	1.175	173.551	280.726
	<u>2.663.180</u>	<u>175.468</u>	<u>187.434</u>	<u>(11.966)</u>	<u>(19.996)</u>

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

• **Contratos de opções**

	Contraparte	Local de negociação	Valor de referência	Valor do prêmio	2016	
					Valor de mercado	Ganho (Perda)
Compra de Opção de Venda - Dólar	B3 S.A.	Bolsa	693.850	17.367	37.936	20.569
Venda de Opção de Compra - Dólar	B3 S.A.	Bolsa	693.850	(16.565)	(5.118)	11.447
			<u>1.387.700</u>	<u>802</u>	<u>32.818</u>	<u>32.016</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não havia posições de contratos de opções em aberto.

• **Contratos futuros**

Tipo	2017				
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	-	-	-	24.249	24.249
Venda DI1	7.996	505.560	487.888	91.215	1.092.659
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	72.078	-	-	-	72.078
	<u>80.074</u>	<u>505.560</u>	<u>487.888</u>	<u>115.464</u>	<u>1.188.986</u>

Tipo	2016				
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	-	-	-	1.397	1.397
Venda DI1	587.608	289.293	363.453	77.913	1.318.267
Cupom cambial:					
Compra DDI	339.648	-	-	-	339.648
Venda DDI	356.510	-	70.667	-	427.177
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	694.402	-	-	-	694.402
	<u>1.978.168</u>	<u>289.293</u>	<u>434.120</u>	<u>79.310</u>	<u>2.780.891</u>

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 191 (ajuste a pagar de R\$ 6.450 em 2016), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

• **Outros derivativos**

Tipo	2017			
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado		Valor de Curva
		Valores a receber	Posição líquida	
Venda - Dólar	492.840	1.344	1.344	19.120

Tipo	2016			
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado		Valor de Curva
		Valores a receber	Posição líquida	
Venda - Dólar	421.895	1.349	1.349	11.573

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
(a) Por tipo de operação

Descrição	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.022.434	45,87	1.575.874	56,32
Financiamentos à exportação	1.114.945	50,02	1.129.194	40,36
Empréstimos	91.541	4,11	90.995	3,25
Outros	–	–	1.988	0,07
	<u>2.228.920</u>	<u>100,00</u>	<u>2.798.051</u>	<u>100,00</u>
Operações de crédito - Circulante	961.102	43,12	982.330	35,11
Operações de crédito - Longo prazo	245.384	11,01	237.859	8,50
Carteira de câmbio - Circulante	1.022.434	45,87	1.575.874	56,32
Outros Créditos - Circulante	–	–	1.988	0,07

(b) Por vencimento

Descrição	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	11.321	0,51	23.460	0,84
A vencer até 3 meses	358.461	16,08	413.787	14,79
A vencer de 3 a 12 meses	1.613.754	72,40	2.122.945	75,87
A vencer de 1 a 3 anos	210.831	9,46	200.254	7,16
A vencer de 3 a 5 anos	16.381	0,73	37.605	1,34
Acima de 5 anos	18.172	0,82	–	–
	<u>2.228.920</u>	<u>100,00</u>	<u>2.798.051</u>	<u>100,00</u>

(c) Por setor de atividade

Descrição	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	1.287.294	57,75	1.410.819	50,42
Indústria	385.962	17,32	502.093	17,95
Comércio	285.750	12,82	311.465	11,13
Outros serviços	269.914	12,11	573.674	20,50
	<u>2.228.920</u>	<u>100,00</u>	<u>2.798.051</u>	<u>100,00</u>

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	2017	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.051.704	–
Operações de crédito - Empréstimos	65.039	–
Empréstimos no exterior - Exportação	–	1.053.811
Repasses do Exterior	–	39.207
CDB - Vinculado	–	64.642
	<u>1.116.743</u>	<u>1.157.660</u>

Descrição	2016	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.464.071	–
Operações de crédito - Empréstimos	40.064	–
Empréstimos no exterior - Exportação	–	1.418.873
CDB - Vinculado	–	15.076
	<u>1.504.135</u>	<u>1.433.949</u>

Em milhares de reais - R\$

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	2017				Valor da Provisão
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	
AA	855.567	-	855.567	38,39	-
A	941.554	-	941.554	42,24	4.708
B	10.339	-	10.339	0,46	103
C	3.314	-	3.314	0,15	100
D	105.384	-	105.384	4,73	10.538
F	96.158	-	96.158	4,31	48.079
H	205.283	11.321	216.604	9,72	216.604
	<u>2.217.599</u>	<u>11.321</u>	<u>2.228.920</u>	<u>100,00</u>	<u>280.132</u>

Nível	2016				Valor da Provisão
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	
AA	1.243.823	-	1.243.823	44,45	-
A	1.041.290	-	1.041.290	37,22	5.206
B	56.655	64	56.719	2,02	567
C	32.162	-	32.162	1,15	965
D	91.282	352	91.634	3,28	9.164
E	201.566	6.202	207.768	7,42	62.330
F	107.813	1.489	109.302	3,91	54.651
H	-	15.353	15.353	0,55	15.353
	<u>2.774.591</u>	<u>23.460</u>	<u>2.798.051</u>	<u>100,00</u>	<u>148.236</u>

(f) Movimentação da provisão para operações de crédito

Descrição	2017	2016
Saldo inicial	148.236	67.092
Constituição	183.462	125.052
Reversão	(32.350)	(19.352)
Baixa para prejuízo	(19.216)	(24.556)
Saldo final	<u>280.132</u>	<u>148.236</u>
Operações de crédito - Circulante	129.283	81.406
Operações de crédito - Longo prazo	128.630	30.386
Outros créditos - Circulante	22.219	36.444

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram recuperados R\$ 74 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 1.147 em 2016), e renegociados créditos no montante de R\$ 26.179 (R\$ 280.311 em 2016).

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	2017	
	Outros Créditos	Outras Obrigações
Câmbio comprado a liquidar	1.030.211	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	33.570	-
Direito sobre venda de câmbio	515.320	-
Câmbio vendido a liquidar	-	496.200
Obrigações por compra de câmbio	-	988.864
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(988.864)
Circulante	<u>1.579.101</u>	<u>496.200</u>

Descrição	2016	
	Outros Créditos	Outras Obrigações
Câmbio comprado a liquidar	1.461.261	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	38.592	-
Direito sobre venda de câmbio	418.960	-
Câmbio vendido a liquidar	-	407.387
Obrigações por compra de câmbio	-	1.537.282
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(1.537.282)
Circulante	<u>1.918.813</u>	<u>407.387</u>

Em 2017, o Banco operou com contratos interbancários para liquidação futura. Estas operações foram tratadas como derivativos (venda a termo), mensuradas por seu valor de mercado e estão assim registradas:

Descrição	2017
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	497.540
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	17.780
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(496.200)
Carteira de Câmbio	19.120
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	20.464
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	1.344
Descrição	2016
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	417.750
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	1.210
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(407.387)
Carteira de Câmbio	11.573
Outros Derivativos - Ajuste a mercado negativo	(10.224)
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	1.349

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as receitas apropriadas do prêmio foram de R\$ 47.630 (R\$ 1.211 em 2016) e os ajustes a valor de mercado foram R\$ 20.464 positivo (R\$ 10.224 negativo em 2016), registrados nas rubricas Resultado de operações de câmbio e Resultado com instrumentos financeiros derivativos, respectivamente.

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Descrição	2017	2016
Créditos tributários (nota 16c)	142.744	88.778
Devedores por depósitos em garantia (nota 18a)	38.689	27.172
Títulos e créditos a receber (nota 7a)	-	1.988
Impostos e contribuições a compensar	-	636
Adiantamento e antecipações salariais	1	22
Outros	33	285
	<u>181.467</u>	<u>118.881</u>
Circulante	80.907	57.637
Longo prazo	100.560	61.244

10. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de depreciação - %	Custo	2017		2016
			Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e equipamentos de uso	10	13	13	-	-
Sistema de processamento de dados	20	166	166	-	3
Veículos	20	359	98	261	199
		<u>538</u>	<u>277</u>	<u>261</u>	<u>202</u>

11. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	2017		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Total
Sociedades ligadas	28	64.990	65.018
Indústria, comércio e serviços	209	-	209
Pessoas físicas	80	-	80
	<u>317</u>	<u>64.990</u>	<u>65.307</u>

Segmento de mercado	2016					
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Depósitos a prazo de 91 a 180 dias	Depósitos a prazo de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Sociedades ligadas	10.242	7.904	474.252	77.785	26.196	596.379
Indústria, comércio e serviços	223	-	-	-	-	223
Pessoas físicas	371	-	-	-	-	371
	<u>10.836</u>	<u>7.904</u>	<u>474.252</u>	<u>77.785</u>	<u>26.196</u>	<u>596.973</u>

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Carteira própria	2016
	Até 90 dias
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.502

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não havia posições de obrigações por operações compromissadas em aberto.

Em milhares de reais - R\$

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.

Título emitido	2017		
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Total
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	139.457	82.799	222.256
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	152.349	297.614	449.963
	<u>291.806</u>	<u>380.413</u>	<u>672.219</u>
Título emitido	2016		
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Total
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	104.694	465.598	570.292
Letras de Crédito do Agronegócio referem-se à captação com taxa de juros pós-fixada de 87% a.a. a 91,5% a.a. da variação do DI (87% a.a. a 92% a.a. em 2016) e taxa de juros pré-fixada de 11,9% a.a. a 11,93% a.a. em 2016.			
Letras de Crédito Imobiliário referem-se à captação com taxa de juros pós-fixada de 87% a.a. a 92% a.a. da variação do DI e taxa de juros pré-fixada de 7,15% a.a.			

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	2017			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	328.567	278.949	456.222	1.063.738
Obrigações em moeda estrangeira	2016			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	315.945	316.397	864.680	1.497.022
Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial e taxas de juros de 2,70% a.a. a 11% a.a. (1,84% a.a. a 9% a.a. em 2016).				

15. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	2017		
	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior	40.633	330.800	371.433
Obrigações em moeda estrangeira	2016		
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias
Repasses do exterior	12.597	14.560	423.683
Obrigações por repasses do exterior referem-se a captações com variação cambial e taxas de juros de 2,20% a.a. a 11% a.a. (1,83% a.a. a 1,89% a.a. em 2016).			450.840

16. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	2017	2016
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	(83.950)	(31.515)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(33.000)
Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45%	37.778	29.032
Impacto da redução da alíquota da CSLL s/ a base do diferido nas operações com vencimento a partir de Janeiro/2019	(6.976)	-
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	(695)	(650)
Outros	32	36
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	<u>30.139</u>	<u>28.418</u>

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015 até dezembro de 2018, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos e passivos fiscais correspondentes.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/06 e CMN nº 4.192/13, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/15.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	477	614	(442)	649
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	18.641	13.375	(32.016)	—
Total	19.118	13.989	(32.458)	649

(c) Ativo fiscal diferido
• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.706	130.523	(77.756)	119.473
Operações de créditos em prejuízo	11.050	781	—	11.831
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	4.956	7.536	(7.114)	5.378
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.066	—	(4)	6.062
Total dos créditos registrados	88.778	138.840	(84.874)	142.744

• Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	44.929	35.944	80.873
Até 2 anos	21.242	12.745	33.987
Até 3 anos	7.271	4.363	11.634
Até 4 anos	918	551	1.469
Até 5 anos	908	545	1.453
Acima de 5 anos	10.603	2.725	13.328
Total	85.871	56.873	142.744

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 133.405 (R\$ 78.115 em 2016), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES
(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2017	2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	31.816	5.374
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 16b)	649	19.118
Provisão para riscos fiscais (nota 16a)	—	27.172
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	20	5.427
Impostos e contribuições sobre salários	112	127
Outros	1.828	—
	34.425	57.218
Circulante	34.425	30.046
Longo prazo	—	27.172

O item provisão para riscos fiscais (R\$ 27.172 em 2016), foi reclassificado para outras obrigações diversas sob a descrição provisão para contingências (R\$ 27.158 em 2017), nos termos da Carta Circular CMN nº 3.782/16.

(b) Diversas

Descrição	2017	2016
Provisão para contingências (nota 18a)	27.158	—
Despesas de pessoal	316	395
Processamento de dados	195	16
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 21)	109	308
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	95	269
Publicações	—	89
Outros	23	—
	27.896	1.077
Circulante	738	1.077
Longo prazo	27.158	—

Em milhares de reais - R\$

18. PROVISÕES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS

(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações nos exercícios de 2017 e de 2016

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3k.

Descrição	2017	2016
Saldo da provisão no início do exercício	27.172	27.172
Reversão	(14)	—
Saldo da provisão no fim do exercício	27.158	27.172

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data-base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2017 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 23.192 em 2016).

O Banco obteve sentença favorável em 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a decisão de 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98 e determinando o recolhimento destas contribuições com base na Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91. A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região transitou em julgado em 22/01/2013. Em 25/11/2013, após os autos retornarem à origem, o Banco apresentou petição requerendo o levantamento integral dos depósitos judiciais efetuados, o que foi negado pelo juiz. Da decisão que indeferiu o pedido, o Banco ingressou com recurso e aguarda decisão judicial definitiva quanto à autorização para levantamento do montante depositado.

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao FGTS e ao INSS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Ainda em relação à contribuição ao FGTS, o processo em que o Banco questionava o aumento da alíquota instituído pela Lei Complementar nº 110/01 foi julgado com decisão favorável à União, sendo R\$ 12 depositado judicialmente destinado à quitação do processo e R\$ 2 destinado à Disponibilidade e R\$ 14 provisionado vertido para despesa do primeiro semestre de 2017. Em 31 de dezembro de 2017 as provisões totalizaram R\$ 1.056 (R\$ 1.070 em 2016).

O Banco questiona o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrido a partir de maio de 2008. Os valores questionados referentes aos de 2009 e de 2010, base lucro real, e de 2011, base lucro por estimativa, estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2017, as provisões totalizaram R\$ 2.910 (R\$ 2.910 em 2016).

Os valores de provisão de natureza fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Depósitos judiciais		Valores provisionados	
	2017	2016	2017	2016
CSLL	2.910	2.910	2.910	2.910
PIS	14.768	3.237	3.237	3.237
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
FGTS	246	260	246	260
INSS	810	810	810	810
	38.689	27.172	27.158	27.172

(b) Contingências possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R\$ 22.444 (R\$ 19.750 em 2016) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98: autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R\$ 14.105 (R\$ 11.698 em 2016). Houve depósito judicial no valor de R\$ 11.531 em dezembro de 2017.
- Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R\$ 8.136 (R\$ 4.703 em 2016).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 346.834.964 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2016 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 25.455 com emissão de 25.455.375 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 21 de março de 2017.

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

(c) Juros sobre o capital próprio

Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2016, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 33.000, reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 14.850.

(d) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(e) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado à reserva estatutária.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas:

Depósitos à vista: Cargill Agrícola S.A., TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., Cargill Agro Ltda., Cargill Brasil Participações Ltda., Fundação Cargill, Central Energética Vale do Sapucaí Ltda., Cargill Comercializadora de Energia Ltda., Casa & BSL Ltda., SJC Bioenergia S.A., TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda., TES - Terminal Exportador de Santos, Cargill Participações Ltda.

Depósitos a prazo: Cargill Agrícola S.A., Cargill Agro Ltda. e Cargill Alimentos Ltda.

Obrigações por empréstimos: Cargill Global Funding PLC e Cargill Financial Services International Inc.

Obrigações por repasses do exterior: Cargill Financial Services International Inc.

Operações a termo e swap: Cargill Agrícola S.A., SJC Bioenergia S.A., Cargill Alimentos Ltda., Central Energética Vale do Sapucaí Ltda., SJC Bioenergia S.A. e TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda.

Valores a pagar/serviços técnicos especializados: Cargill Agrícola S.A. e Cargill Participações Ltda.

Os valores apurados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram:

Descrição	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos à vista	(28)	(10.242)	-	-
Depósitos a prazo	(64.990)	(586.137)	(7.070)	(8.744)
Obrigações por empréstimos	(1.063.738)	(1.497.022)	(101.378)	(105.201)
Obrigações por repasses do exterior	(371.433)	(450.840)	(13.675)	(7.755)
Operações a termo e swap	(52.522)	(52.176)	(12.144)	(195.908)
Valores a pagar sociedades ligadas	(132)	(308)	(2.219)	(3.557)

21. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
(a) Operações de crédito

Descrição	2º semestre	2017	2016
Rendas de financiamentos à exportação	64.931	124.465	112.625
Rendas de empréstimos	5.404	12.438	19.557
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	74	145
	<u>70.335</u>	<u>136.977</u>	<u>132.327</u>

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre	2017	2016
Títulos de renda fixa	13.668	31.999	40.177
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.226	23.372	29.422
	<u>19.894</u>	<u>55.371</u>	<u>69.599</u>

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2º semestre	2017	2016
Swap	(12.914)	12.209	(5.333)
Outros derivativos	(246)	688	1.349
Contratos de operações a termo	1.503	(6)	(263.562)
Contratos futuros	(1.470)	(10.373)	142.881
Contratos de opções	(16.065)	(51.112)	92.269
	<u>(29.192)</u>	<u>(48.594)</u>	<u>(32.396)</u>

(d) Operações de captação no mercado

Descrição	2º semestre	2017	2016
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	6.462	25.501	67.631
Depósito a prazo - CDB	7.153	22.303	31.517
Operações compromissadas - carteira própria	10.772	13.676	60
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	533	1.022	1.300
	<u>24.920</u>	<u>62.502</u>	<u>100.508</u>

(e) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2º semestre	2017	2016
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	37.214	101.378	105.201
Despesas com repasses do exterior	6.316	13.675	7.755
	<u>43.530</u>	<u>115.053</u>	<u>112.956</u>

Em milhares de reais - R\$

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2º semestre	2017	2016
Resultado de operações de câmbio	38.109	84.146	87.511
Outros	24.683	50.918	4.409
Resultado com variação cambial	<u>(12.194)</u>	<u>9.911</u>	<u>(245.063)</u>
	<u>50.598</u>	<u>144.975</u>	<u>(153.143)</u>

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre	2017	2016
Proventos	4.734	6.318	7.557
Encargos sociais	356	1.140	955
Benefícios	96	178	193
Outros	11	17	18
	<u>5.197</u>	<u>7.653</u>	<u>8.723</u>

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre	2017	2016
Serviços técnicos especializados	1.053	3.083	4.419
Processamento de dados	856	1.688	1.706
Contribuições e Doações	129	1.541	1.439
Serviços do sistema financeiro	661	1.306	1.747
Aluguel	134	266	112
Emolumentos judiciais e cartorários	180	205	388
Contribuição entidades de classe	84	158	154
Publicações	61	135	117
Contribuição sindical patronal	-	86	86
Viagens	47	82	80
Depreciações	36	72	72
Outros	82	185	347
	<u>3.323</u>	<u>8.807</u>	<u>10.667</u>

(i) Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	2017	2016
Contribuição à COFINS	2.206	7.887	8.440
CIDE	489	1.711	2.119
Contribuição ao PIS	382	1.364	3.131
ISS	246	857	1.059
Outros	55	119	105
	<u>3.378</u>	<u>11.938</u>	<u>14.854</u>

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre	2017	2016
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	14.862	14.862	374.182
Reversão de provisões operacionais	27	27	-
Outros	1	27	1.516
	<u>14.890</u>	<u>14.916</u>	<u>375.698</u>

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	2º semestre	2017	2016
Despesas de comissões	5.950	19.004	30.146
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	10.942	10.942	39.257
Descontos concedidos em operações de crédito	41	101	604
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	38	45	105
Outros	239	461	108
	<u>17.210</u>	<u>30.553</u>	<u>70.220</u>

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS
(a) Governança corporativa

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas.

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por todas as áreas (Crédito, Comercial e Pós-Venda), tendo-se como base a política de crédito e os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 3.464/07, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta Administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e subordinada ao Presidente do Banco e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de risco de mercado.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nºs 4.193/13 e 4.192/13 e Circular BACEN nº 3.640/13.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de *stress*.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados ao risco de liquidez, que são periodicamente reavaliados, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

(f) Gestão de capital

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta.

A Alta Administração do Banco Cargill garante o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(g) Índice de Basileia

Descrição	2017	2016
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.234.820	2.678.951
Patrimônio de Referência (PR)	386.294	440.322
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	211.429	270.716
Valor total da parcela RBAN	4.708	6.169
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	174.865	169.606
Índice de Basileia - (PR ÷ RWA)	17,29%	16,44%
Índice de Basileia Amplo ((PR - RBAN * F) ÷ RWA)	16,90%	16,06%
Fator "F"	9,25%	9,875%

Conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução CMN nº 4.193/13 o Fator "F" vigente para o ano de 2017 é de 9,25% (9,875% em 2016). A Resolução ainda prevê a partir de 2017 reduções de 0,625% até 2019, quando o Fator "F" será de 8%.

(h) Divulgação das informações referentes à gestão de riscos

As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.bancocargill.com.br (não auditado) dentro do menu "Demonstrativos e Relatórios".

Em milhares de reais - R\$

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R\$ 8.119 (R\$ 2.961 em 2016) refere-se na sua totalidade a ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

O Banco mantém para seus funcionários dois planos de previdência complementar, o primeiro para os funcionários contratados até 31 de dezembro de 2009 e o segundo para os funcionários contratados a partir de 1º de janeiro de 2010, administrados pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, com o objetivo de complementar os benefícios oferecidos pela Previdência Social (INSS). Trata-se de, respectivamente, um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, o primeiro possuindo uma parcela de benefício definido extensivo a todos os funcionários cobertos e uma parcela opcional de contribuição definida (os funcionários podem realizar contribuições que variam de 0,10% a 10% do salário bruto), com uma contrapartida de 100% e, o segundo, por se tratar de um plano de contribuição definida, é opcional também a participação do funcionário podendo o mesmo realizar contribuições que variam de 0,10% a 7,50% da parcela do salário que exceder a R\$ 2,5 (Dois mil e quinhentos reais) com uma contrapartida de 150%. O volume financeiro vertido para os planos durante o exercício de 2017 foi de R\$ 122 (R\$ 117 em 2016).

O Banco também oferece um plano de previdência complementar com finalidade específica administrado da mesma forma pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar. Trata-se de um plano de contribuição definida e tem como objetivo o pagamento de benefícios assistenciais no momento da aposentadoria.

(i) Superavit do plano

	2017	2016
Plano de aposentadoria	1.432	1.992

(ii) Principais hipóteses atuariais

	2017	2016
Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial		
Taxa de desconto nominal	10,09%	11,07%
Taxa de aumento nominal do salário	7,53%	7,89%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,40%	4,75%
Hipóteses usadas para determinar a despesa/receita a ser reconhecida		
Taxa de desconto nominal	11,07%	13,04%
Taxa de aumento nominal do salário	7,89%	8,46%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,75%	5,30%
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

(iii) Análise de sensibilidade

	2017	2016
Valor presente das obrigações de benefícios definidos		
Taxa de desconto - 100 pontos percentuais	2.226.340	1.012.504
Taxa de desconto + 100 pontos percentuais	1.525.780	728.897
Taxa de redução de salário	1.708.074	784.965
Taxa de aumento de salário	1.967.803	931.077
Taxa de mortalidade futura -1	1.850.828	864.096
Taxa de mortalidade futura + 1	1.809.372	843.256

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

A DIRETORIA

Marcelo Pongeluppi - Contador - CRC 1SP212314/O-4

Aos Administradores e ao Acionista do

Banco Cargill S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Banco Cargill

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 6º andar
04711-130 - São Paulo - SP - Brasil
Morumbi Corporate – Torre Diamond
Telefone: 55 11 5099-3311
Ouvidoria: 0800 648 5050
ouvidoria@bancocargill.com.br
www.bancocargill.com.br